

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 039/2018*

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 20 de março de 2018, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil nº 702.0.216178/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 1.2. Inquérito Civil nº 644.9.33960/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.3. Inquérito Civil nº 596.0.32589/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.4. Inquérito Civil nº 598.0.192525/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.5. Procedimento ministerial nº 003.0.13824/2016, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 1.6. Inquérito Civil nº 167.0.59681/2016, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com Sede em Mata de São João;
- 1.7. Procedimento ministerial nº 167.0.188535/2016, da 2ª Promotoria de Justiça Mata de São João;
- 1.8. Procedimento ministerial nº 598.0.50894/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.9. Procedimento ministerial nº 598.0.125237/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.10. Procedimento ministerial nº 598.9.110382/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.11. Procedimento ministerial nº 600.0.113753/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.12. Inquérito Civil nº 699.0.57287/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente do Médio Paraguaçu, com Sede em Itaberaba;
- 1.13. Inquérito Civil nº 692.0.101036/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 1.14. Procedimento ministerial nº 696.0.148087/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.15. Inquérito Civil nº 590.0.122629/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.16. Inquérito Civil nº 003.0.121849/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.17. Inquérito Civil nº 003.9.11321/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.18. Inquérito Civil nº 003.9.11321/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.19. Inquérito Civil nº 001.9.266338/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.20. Inquérito Civil nº 001.9.255602/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de

Ilhéus;

1.21. Inquérito Civil nº 003.0.40260/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.22. Inquérito Civil nº 003.0.31821/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.23. Inquérito Civil nº 598.0.32698/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.24. Inquérito Civil nº 699.0.21197/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;

1.25. Procedimento Ministerial nº 003.0.587464/2008, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

1.26. Inquérito Civil nº 003.0.36279/2009, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

1.27. Inquérito Civil nº 596.0.154929/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.28. Procedimento Ministerial nº 596.0.221315/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.29. Procedimento Ministerial nº 598.1.32299/2005, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.30. Procedimento Ministerial nº 003.0.130857/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.31. Procedimento Ministerial nº 719.0.8498/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Seabra;

1.32. Procedimento Ministerial nº 167.0.101049/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.33. Inquérito Civil nº 242.9.198454/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;

1.34. Inquérito Civil nº 003.0.192124/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.35. Inquérito Civil nº 681.0.91703/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.36. Inquérito Civil nº 003.0.5251/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

1.37. Inquérito Civil nº 701.9.157732/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;

1.38. Procedimento Ministerial nº 708.0.9705/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

1.39. Inquérito Civil nº 054.0.204780/2011, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;

1.40. Procedimento Ministerial nº 307.0.174987/2007, da Promotoria de Justiça de Serra Preta;

1.41. Procedimento Administrativo nº 003.0.239183/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.42. Inquérito Civil nº 003.9.112674/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.43. Inquérito Civil nº 001.9.215579/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.44. Procedimento Ministerial nº 699.0.230906/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.45. Procedimento Ministerial nº 015.0.101111/2012, da Promotoria de

Justiça de Araci;

1.46. Inquérito Civil nº 597.0.162155/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

1.47. Inquérito Civil nº 712.0.4838/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

1.48. Inquérito Civil nº 681.0.244870/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.49. Inquérito Civil nº 590.0.250769/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

1.50. Inquérito Civil nº 600.0.200786/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

1.51. Inquérito Civil nº 696.0.180787/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

1.52. Procedimento Ministerial nº 007.9.9461/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

1.53. Procedimento Ministerial nº 003.9.48318/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.54. Inquérito Civil nº 003.9.88397/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.55. Inquérito Civil nº 003.9.88372/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.56. Procedimento Ministerial nº 003.0.9149/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.57. Inquérito Civil nº 001.9.215182/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.58. Inquérito Civil nº 720.9.15447/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

1.59. Inquérito Civil nº 003.0.152858/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;

1.60. Procedimento Ministerial nº 075.9.56216/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

1.61. Procedimento Ministerial nº 003.0.245230/2015, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

1.62. Inquérito Civil nº 709.0.216719/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

1.63. Procedimento Ministerial nº 003.1.93966/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Direito dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.64. Procedimento Ministerial nº 003.0.133911/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.65. Inquérito Civil nº 003.0.262163/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.66. Inquérito Civil nº 680.0.208123/2016, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

1.67. Procedimento Ministerial nº 003.0.11067/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

1.68. Procedimento Ministerial nº 075.9.59837/2017, da Promotoria de



- Justiça de Chorrochó;
- 1.69. Inquérito Civil nº 066.0.59923/2013, da Promotoria de Justiça de Casa Nova;
- 1.70. Inquérito Civil nº 692.1.50129/2004, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 1.71. Inquérito Civil nº 598.0.106954/2013, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.72. Procedimento Ministerial nº 598.9.100888/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.73. Inquérito Civil nº 003.9.234518/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.74. Inquérito Civil nº 646.0.185756/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.75. Procedimento Ministerial nº 035.9.247744/2017, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 1.76. Inquérito Civil nº 003.0.16037/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.77. Procedimento Ministerial nº 596.0.83546/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.78. Inquérito Civil nº 600.0.94005/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.79. Inquérito Civil nº 597.0.9556/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 1.80. Procedimento Ministerial nº 600.0.189901/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.81. Inquérito Civil nº 600.0.84955/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.82. Inquérito Civil nº 596.0.220097/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.83. Inquérito Civil nº 003.9.84112/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.84. Inquérito Civil nº 709.0.244950/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.85. Inquérito Civil nº 702.9.108731/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.86. Inquérito Civil nº 003.0.131087/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.87. Inquérito Civil nº 167.0.169006/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.88. Inquérito Civil nº 596.0.50108/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.89. Procedimento Ministerial nº 307.0.17089/2008, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.90. Inquérito Civil nº 003.0.209052/2011, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.91. Procedimento Ministerial nº 705.0.225712/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.92. Inquérito Civil nº 702.9.106207/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.93. Inquérito Civil nº 003.9.66623/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

- 1.94. Procedimento Ministerial nº 705.0.153859/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.95. Procedimento Ministerial nº 708.0.227621/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira;
- 1.96. Procedimento Ministerial nº 003.0.6991/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 1.97. Inquérito Civil nº 708.0.158972/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

Sala das Sessões, 20 de março de 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça

TEREZINHA MARIA LÔBO SANTOS
Corregedora-Geral do Ministério Público. em exercício

Conselheiros: José Cupertino Aguiar Cunha, Cleonice de Souza Lima, Natalina Maria Santana Bahia, Paulo Marcelo de Santana Costa, Marilene Pereira Mota, Margareth Pinheiro de Souza, Nivaldo dos Santos Aquino e Silvana Oliveira Almeida.

* Republicada por motivo de incorreções